

## CAPÍTULO 19

# A produção académica em Portugal<sup>1</sup>

O estudo sistemático da história das ciências sociais e, mais concretamente, da Ciência Política (CP), tornou-se um empreendimento relevante que permite mapear e entender a sua história, identificar as suas características presentes e retirar ilações para o futuro (Easton, Gunnell e Graziano 1991; Finiter 1983; Lasswell 2017; Schram e Caterino 2006). Dada a sua importância, o estudo da historiografia da disciplina foi considerado como um fim em si mesmo, como a criação do comité (International Committee for the Study of the Development of Political Science) dedicado ao seu estudo na Associação Internacional de Ciência Política (IPSA) atesta. No plano nacional, diversos autores têm contribuído para este debate através do estudo da evolução e consolidação da CP em Portugal (Camerlo e Terra 2018; Lopes *et al.* 2023; Stock 1991; Vaz-Pinto *et al.* 2015).

Um dos aspetos sobre o qual o estudo da disciplina se tem debruçado centra-se na análise da sua produção e consequente publicação, dissecando, nomeadamente, o perfil dos autores (Bettecken *et al.* 2022; Ghica 2021). O estudo da disciplina relativamente ao caso português tem acompanhado a literatura internacional, debruçando-se sobre as

---

<sup>1</sup> Este trabalho enquadra-se no projeto Ciência Política à Portuguesa, coordenado por Marcelo Camerlo.

diferentes características da produção científica, com um foco especial na sua autoria (Camerlo e Terra 2018; Cancela, Coelho e Ruivo 2014). Mais recentemente, alguns contributos sobre o caso português complementaram tais abordagens com a discriminação de instituições universitárias e de investigação numa perspetiva longitudinal (Camerlo e Terra 2018; Lopes *et al.* 2023), tal como outros autores o fizeram noutras geografias (Allen e Heath 2013; Sharman e Weller 2009).

Partindo dos mais recentes contributos do caso português, este capítulo procura descrever e analisar a produção académica das diferentes instituições portuguesas. Tal como os estudos anteriores, debruça-se sobre as características dos autores e correspondentes afiliações institucionais. Não obstante, procura dar um novo contributo para a literatura ao examinar o conteúdo e diferentes índices de qualidade da produção. Apesar da produção académica e científica poder adotar diversas formas, nesta análise foram somente considerados artigos publicados em revistas indexadas na plataforma Scopus. Desta forma, foram excluídos outros géneros de produção académica tais como artigos publicados em revistas não indexadas na plataforma em questão, capítulos e organização de livros, organização de números temáticos, atas de conferências, relatórios técnicos, entre outros.

O presente capítulo foca-se unicamente no ano de 2022, sendo que a extração dos dados teve lugar a 18 de novembro desse ano. Assim sendo, toda a produção académica disponibilizada na plataforma Scopus após a data indicada não é aqui considerada. Foram selecionados todos os artigos científicos publicados em revistas indexadas cuja melhor classificação é em uma das seguintes categorias: *Political Science and International Relations* ou *Sociology and Political Science*. Do universo de artigos referido, consideram-se somente aqueles em que pelo menos um dos autores apresenta afiliação principal, à data de publicação, numa instituição portuguesa (172 artigos). Posteriormente, procede-se a uma análise manual com o intuito de excluir todos os artigos cujo assunto principal não esteja relacionado com a Ciência Política (82 artigos).<sup>2</sup> Por fim, procede-se a diversas análises (tanto manuais como através de métodos automatizados) cujos resultados são apresentados em seguida.

---

<sup>2</sup> Os autores agradecem o contributo de Lúcio Hanenberg pela codificação manual de algumas variáveis exploradas neste capítulo.

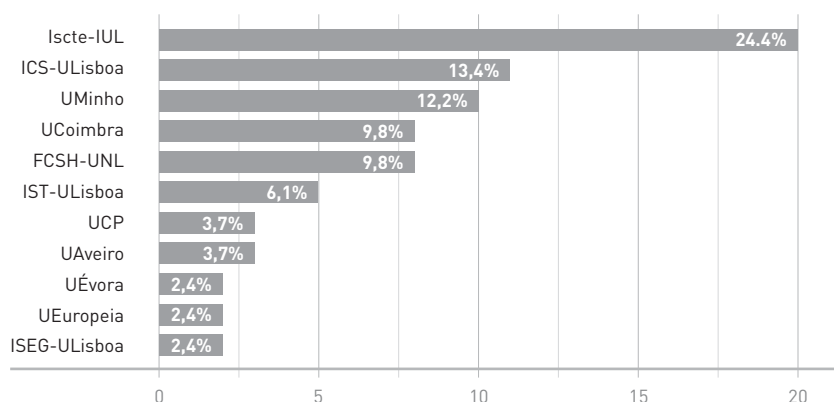
## ARTIGOS CIENTÍFICOS E INSTITUIÇÕES ACADÉMICAS

Na figura 19.1 pode observar-se o número absoluto e relativo de artigos científicos publicados por instituição. As universidades públicas das duas áreas metropolitanas (Lisboa e Porto) são desagregadas ao nível das suas faculdades/escolas. Em 2022, até à data da extração dos dados, foram publicados 82 artigos na área de Ciência Política. Como já reportado em trabalhos anteriores (Camerlo e Terra 2018; Lopes *et al.* 2023), a larga maioria dos artigos publicados em CP em Portugal pertence a um pequeno número de instituições públicas do litoral urbano. As únicas instituições que não pertencem ao eixo litoral urbano (Universidade de Évora) ou ao setor público (Universidade Católica Portuguesa e Universidade Europeia) representam somente 8,5% (7 artigos) do total da produção académica. Pelo contrário, aproximadamente metade dos artigos publicados foram realizados por investigadores afiliados em uma de três instituições: Iscte-IUL, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa) ou Universidade do Minho (UMinho). Se em conjunto com estas instituições considerarmos adicionalmente a Universidade de Coimbra (UCoimbra) e a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH-UNL), estas cinco universidades são responsáveis por cerca de 70% de todos os artigos publicados. Em suma, a esmagadora maioria da produção portuguesa em Ciência Política no ano de 2022 centrou-se, em primeiro lugar, em Lisboa, seguida de Braga e Coimbra.

No extremo oposto, verifica-se a existência de várias instituições públicas e privadas que, apesar de disporem de oferta formativa e, consequentemente, de recursos humanos em CP e áreas adjacentes, não alcançam a publicação de dois artigos científicos em revistas indexadas como as instituições presentes na figura 19.1. Neste grupo encontram-se instituições como a Universidade Aberta, Autónoma de Lisboa, Lusófona, Universidade do Porto, a Universidade da Beira Interior ou o ISCSP-ULisboa. É importante assinalar a presença do ISCSP-ULisboa neste último grupo de instituições: apesar do papel central desta instituição nos primórdios e na subsequente institucionalização da Ciência Política em Portugal (Moreira 2007, 316–317), a sua relevância atual na produção académica aqui analisada é residual. Estes dados parecem confirmar o padrão já anteriormente verificado

em análises longitudinais (Lopes *et al.* 2023) onde o ISCSP-ULisboa, apesar da sua relevância histórica, apresenta níveis de produção académica inferiores a instituições que não possuem oferta formativa específica em Ciência Política (ex. ISEG-ULisboa). Contudo, é importante assinalar diferenças significativas no número de recursos humanos entre instituições académicas, sendo que este fator certamente explicará parte importante das diferenças verificadas na produção académica.

Figura 19.1 | Número de artigos por instituição

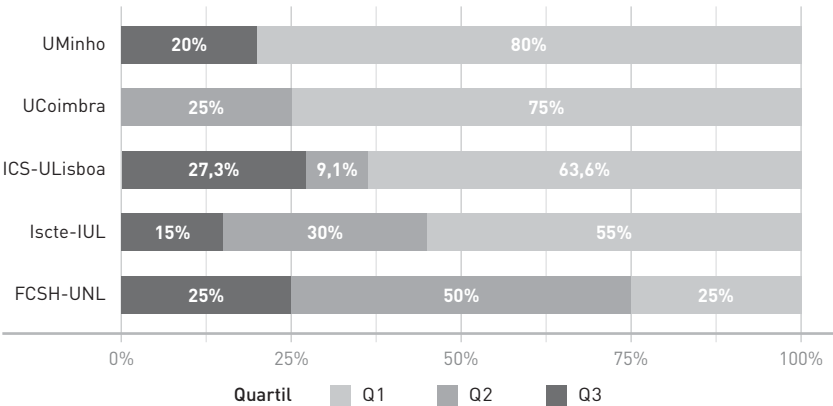


Considerando o *ranking* das revistas científicas nas quais os artigos são publicados, verifica-se que a larga maioria das publicações (64,6%) ocorre em revistas classificadas no primeiro quartil (Q1). Os restantes artigos publicados em 2022 foram publicados em revistas do segundo (23,2%) e terceiro (12,2%) quartis. Por último, nenhum artigo foi publicado em revistas no quarto quartil (dados não mostrados). Em suma, a esmagadora maioria dos artigos científicos produzidos pela academia portuguesa em Ciência Política são publicados em revistas científicas com um impacto relevante na comunidade académica desta área disciplinar.

Cruzando a produção científica das cinco instituições portuguesas que apresentam o maior número de publicações e o quartil das revistas em que tais artigos foram publicados, obtemos a figura 19.2. Estes resultados parecem sugerir, como já verificado em estudos prévios (Lopes *et al.* 2023), que não existe uma relação linear entre o

número de artigos publicados e a sua qualidade (medida através do quartil das revistas em que são publicados). Apesar de o Iscte-IUL se distinguir no número de artigos que publicou em 2022 (quase o dobro do ICS-ULisboa, que surge em segundo lugar), é a Universidade do Minho, seguida da Universidade de Coimbra, que publicaram uma maior proporção dos seus artigos em revistas de primeiro quartil. A diferença na proporção de artigos publicados em revistas de primeiro quartil entre estas duas instituições (UMinho e UCoimbra) e as restantes instituições presentes na figura 19.2 é bastante significativa. Por último, quatro das cinco instituições apresentadas conseguiram publicar a maioria dos seus artigos em revistas do primeiro quartil, com a exceção da FCSH-UNL.

Figura 19.2 | Artigos por instituição e quartil

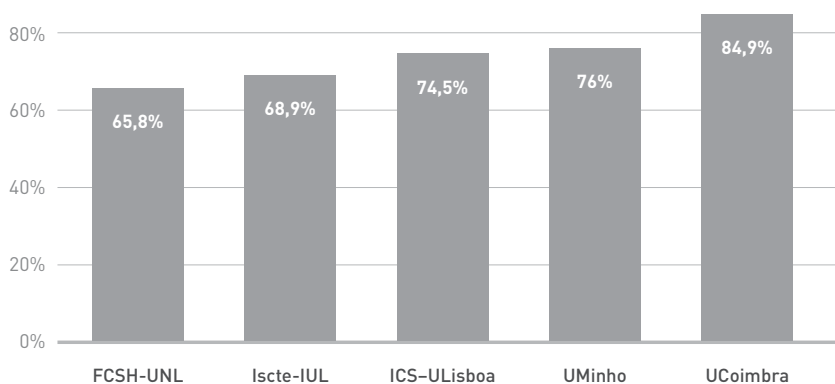


Sendo a grande maioria dos artigos publicados em revistas do primeiro quartil, a figura 19.3 apresenta o percentil médio<sup>3</sup> das revistas nas quais os artigos são publicados (na base de dados Scopus). Este indicador permite-nos proceder com uma diferente leitura da estrutura de publicação de cada instituição quando comparado com a figura 19.2. Em geral, a posição relativa de cada instituição mantém-se inalterada, à exceção das Universidades do Minho e de Coimbra

<sup>3</sup> O percentil em que a revista se situa no *ranking* traduz a sua importância e impacto na comunidade académica. Quando maior o percentil médio de determinada revista, maior a relevância e qualidade associada a essa revista.

que invertem a sua posição. Adicionalmente, a Figura 19.3 permite-nos identificar 3 grupos. O primeiro é constituído pela Universidade de Coimbra que se destaca das restantes pela elevada capacidade de publicar, em média, nas revistas com maior impacto na comunidade académica. O segundo grupo é constituído pela Universidade do Minho e pelo ICS-ULisboa que, apesar de apresentarem um índice mais próximo do grupo que se lhes segue, são instituições que se caracterizam igualmente por publicarem em revistas com um considerável impacto na comunidade académica. Por último, o Iscte-IUL e a FCSH-UNL, apesar do seu elevado grau de qualidade na publicação académica, as respetivas publicações são, em média, em revistas académicas que se situam na linha de corte entre o primeiro e o segundo terço (33%) no *ranking* de qualidade e impacto das mesmas. Em suma, as cinco instituições portuguesas responsáveis pela autoria da maior parte (69,6%) dos artigos científicos de CP em Portugal conseguem publicar a esmagadora maioria da sua obra em revistas de elevado impacto académico, como pode ser confirmado igualmente pelas figuras 19.2 e 19.3.

Figura 19.3 | Percentil médio das publicações, por instituição

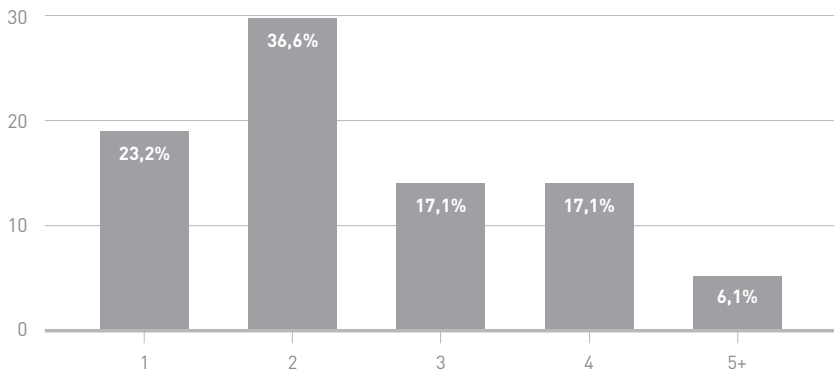


## AUTORES, COLABORAÇÕES E GÉNERO

Após identificadas as instituições académicas responsáveis pela produção académica em CP e a sua distribuição, esta secção pretende

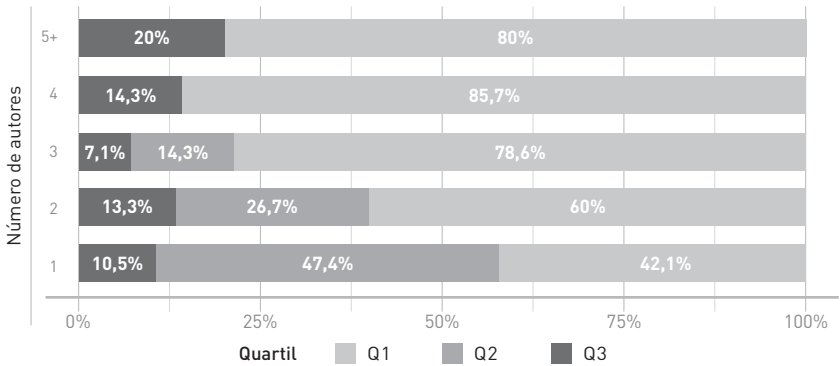
compreender as principais características dos autores, nomeadamente a ausência ou existência de colaborações e a distribuição por género. Na figura 19.4 podemos verificar que, em 2022, a maioria dos artigos (36,6%) são elaborados por dois autores, sendo que aqueles elaborados por um único autor configuram a segunda modalidade mais recorrente (23,2%). Como demonstrado por outros autores (Lopes *et al.* 2023), 2020 foi o primeiro ano na história da CP portuguesa em que a maioria relativa da produção académica não foi executada por um autor individual. Sendo que este facto se mantém verdadeiro no ano de 2022 e que a diferença é significativa, poderemos especular que a produção académica em CP presente e futura será realizada, maioritariamente, através da cooperação entre pares.

Figura 19.4 | Colaboração entre pares: número de autores por artigo



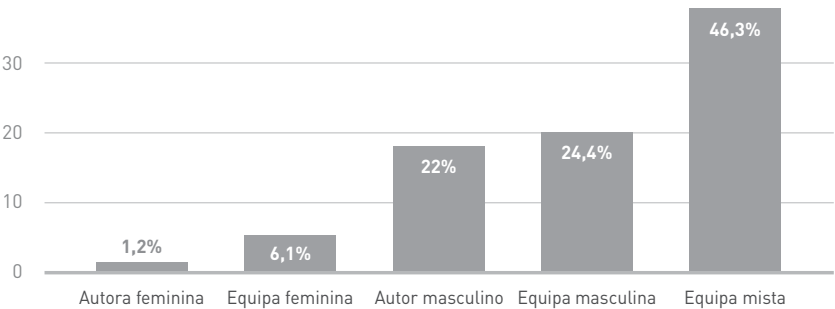
Com o objetivo de descrever a relação entre a colaboração entre pares e o padrão de publicação, a figura 19.5 cruza o número de autores e o quartil das revistas em que cada artigo foi publicado. Uma correlação positiva entre o número de autores e a percentagem de artigos publicados em revistas no primeiro quartil emerge de forma clara. Apesar de se verificar um aumento muito significativo na proporção de artigos publicados em revistas no primeiro quartil à medida que os artigos são elaborados por dois e três autores, em detrimento de um único autor, essa diferença deixa de ser tão significativa a partir desse limiar. Em suma, as colaborações entre autores parecem possibilitar a publicação, numa proporção superior, em revistas científicas com maior impacto junto da comunidade académica.

Figura 19.5 | *Performance* qualitativa da produção: artigos por número de autores e quartil (%)



A figura 19.6 cruza o número e o género dos autores. Anteriormente verificou-se que apenas 23,2% dos artigos foram produzidos por um único autor. Desse universo, 95% (22% do total) foram elaborados por homens, enquanto apenas 5% (1,2% do total) foram realizados unicamente por mulheres, verificando-se um enorme desequilíbrio de género. Contudo, a colaboração entre pares é a regra na autoria da maioria dos artigos em causa (76,8% - figura 19.4). A maioria dessas colaborações (60,3%; 46,3% do total) agrega autores de ambos os géneros. No entanto, a sub-representação do género feminino verifica-se novamente: enquanto 31,7% (22% do total) são equipas constituídas unicamente por autores do género masculino, apenas 7,9% (6,1% do total) são equipas exclusivamente femininas. Em suma, ainda existe um longo caminho a percorrer em direção à igualdade de género na academia portuguesa na área de CP e, subsequentemente, na produção académica.

Figura 19.6 | Diferenças de género: artigos por tipo de autores



## TEMAS DE ESTUDO

Esta secção procura analisar quais os tópicos abordados nos artigos científicos na área de CP acima identificados. Ao contrário de estudos anteriores que partem de uma estrutura pré-definida de sub-áreas da disciplina ou tópicos (Camerlo e Terra 2018; Cancela, Coelho, e Ruivo 2014), uma abordagem indutiva foi utilizada neste capítulo, sendo codificados os principais tópicos/sub-áreas tratados(as) em cada artigo, sendo que vários artigos foram codificados em mais do que uma categoria, não sendo as mesmas exclusivas. Desta análise resulta a figura 19.7.

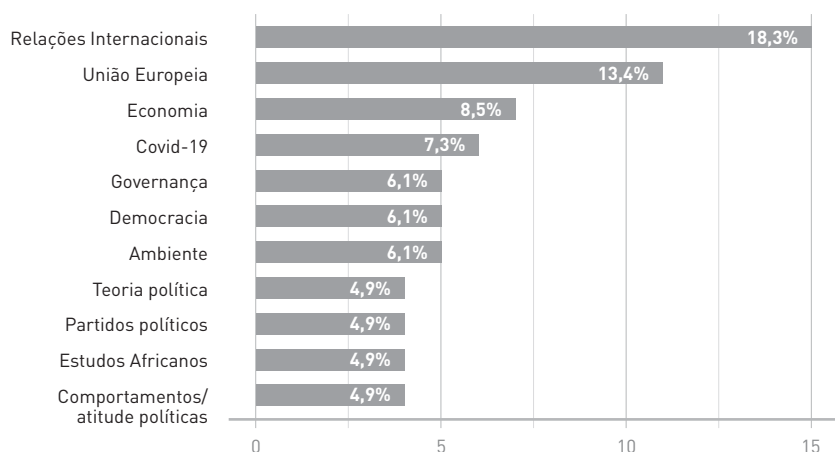
A figura 19.7 sugere que uma proporção significativa dos artigos em Ciência Política estão diretamente relacionados com uma das suas sub-áreas (ou área adjacente), nomeadamente as Relações Internacionais (18,3%). Tal resultado surge num contexto onde mais de metade da oferta formativa em Portugal na área de Ciência Política no 1.º ciclo do ensino superior está diretamente interligada com o ensino das Relações Internacionais (15 em 27 licenciaturas)<sup>4</sup>. Em segundo lugar, verifica-se que 13,4% dos artigos científicos consideram a União Europeia, sendo que as abordagens utilizadas são diversas. Dada a crescente importância e capacidade soberana da União Europeia, bem como as recentes crises que sobre si se abateram e respetivas consequências para Portugal (crise da zona euro), a importância deste tópico na Ciência Política portuguesa não causará certamente estranheza. Em terceiro lugar, verifica-se também a relevância de temas relacionados com as ciências económicas (8,5%), cujas múltiplas influências na Ciência Política são sobejamente conhecidas, tendo sido já estabelecidas no passado (Sigelman e Goldfarb 2012). Em quarto lugar, 7,3% dos artigos debruçaram-se, direta ou indiretamente, sobre a pandemia (Covid-19), que teve um impacto colossal na sociedade em geral. Por último, os restantes artigos debruçam-se sobre uma vasta variedade de tópicos, muitos dos quais poderão ser considerados como temáticas tradicionais da Ciência Política (democracia, partidos políticos, comportamento eleitoral, entre outras).

---

<sup>4</sup> A oferta formativa nos vários níveis do ensino universitário em Portugal pode ser verificada no site da Associação Portuguesa de Ciência Política: <https://www.apcp.pt/>. Consultado a 04/01/2023.

Assim sendo, é significativo que temáticas tradicionais e centrais na CP portuguesa, como «comportamentos e atitudes políticas» - cujos estudos se consolidaram após a criação do programa Comportamento Eleitoral dos Portugueses em 2002 - seja, em 2022, responsável apenas por 4,9% das publicações.<sup>5</sup>

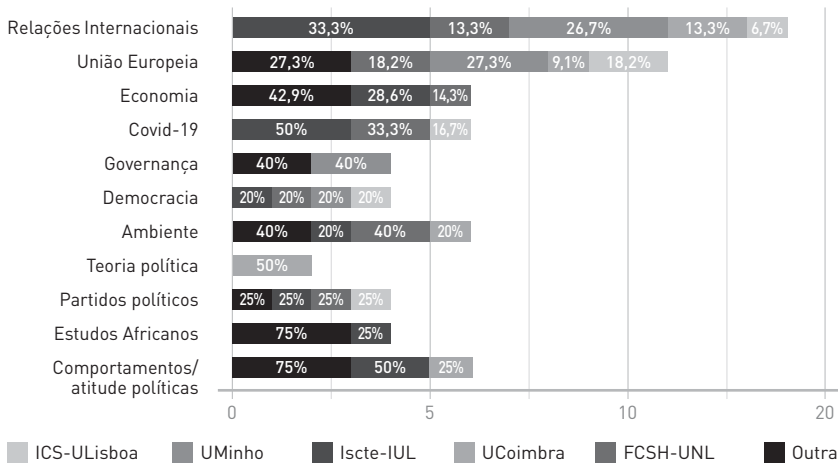
Figura 19.7 | Artigos publicados, por temática



Na figura 19.8 podemos verificar como se relacionam as cinco principais instituições académicas (as que possuem um maior número de artigos publicados em 2022) e os diferentes tópicos abordados na produção académica portuguesa. É importante assinalar que as percentagens poderão ser superiores ou inferiores a 100: não só alguns artigos são elaborados por mais do que um autor pertencente a diferentes instituições, mas também não foi possível identificar em todos os artigos a instituição de afiliação dos autores. Os resultados traduzidos pela figura 19.8 parecem sugerir que não existe qualquer instituição universitária que monopolize ou seja responsável pela maioria da produção de conhecimento científico em determinado tópico ou sub-área de CP. Por outras palavras, nenhum tópico ou sub-área de CP é exclusivamente estudada por uma instituição em particular.

<sup>5</sup> Ver o site do programa: <https://www.cep.ics.ulisboa.pt/>.

Figura 19.8 | Produção institucional, por temática



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo procurou descrever a produção de conhecimento na área da Ciência Política em Portugal durante o ano de 2022, focando-se nas características dos autores e respectivas filiações institucionais, bem como no conteúdo e impacto dessas mesmas publicações na comunidade académica. Da análise empírica realizada, assinalamos três conclusões principais.

Em primeiro lugar, um pequeno grupo de instituições públicas do litoral urbano português é responsável pela maioria dos artigos publicados em CP. Destacam-se três em particular: Iscte-IUL, ICS-ULisboa, e Universidade do Minho. Em sentido inverso, apesar da existência de diversas outras instituições com oferta formativa em CP, a capacidade de produção de conhecimento de muitas dessas instituições é praticamente residual, ainda que o mesmo possa ser explicado pela ausência de um número razoável de recursos humanos. Ainda assim, a produção científica em CP em Portugal alcançou, em geral, um elevado nível de qualidade, se considerarmos que 64,6% dos artigos em CP são publicados em revistas classificadas no primeiro quartil. Contudo, as capacidades das instituições universitárias publicaram em revistas classificadas no primeiro quartil são consideravelmente distintas.

Em segundo lugar, considerando as características dos autores, verificou-se que a cooperação entre pares é a modalidade mais recorrente na produção de artigos. Pelo contrário, apenas 23,2% dos artigos são elaborados por um único autor. Os resultados sugerem que a cooperação entre pares possui um impacto na qualidade da produção académica, emergindo uma correlação positiva entre o número de autores e a proporção de artigos publicados em revistas classificadas no primeiro quartil. Contudo, independentemente da cooperação entre pares ou da sua ausência, é notório um claro desequilíbrio de género, existindo ainda um longo caminho a percorrer até se alcançar um nível próximo da paridade.

Em terceiro, analisando as temáticas mais abordadas pela CP portuguesa, verifica-se que as Relações Internacionais constituem uma importante sub-área na investigação académica (18,3%), sendo que a oferta formativa nesta sub-área (ou área adjacente à CP) se encontra bastante disseminada no contexto português. A União Europeia (13,4%), seguida das ciências económicas (8,5%), ocupam os lugares seguintes dos temas mais abordados. Não obstante, de um modo geral, nenhuma instituição portuguesa parece monopolizar a produção de conhecimento em quaisquer tópicos em CP.

Para terminar, o presente capítulo procurou contribuir para o debate em causa através da realização de um pequeno retrato da produção de conhecimento na CP em Portugal, focando-se no ano de 2022. No entanto, algumas questões relevantes ficam por responder, tais como: 1) quais as instituições portuguesas cujo conhecimento produzido tem um maior impacto na comunidade académica, aferido, por exemplo, através do número de citações de cada artigo; 2) qual o impacto da progressão na carreira e situação profissional na produção de conhecimento; 3) qual o efeito da obtenção de projetos de investigação e correspondente financiamento na qualidade da produção científica; 4) qual o envolvimento entre as instituições e a sociedade civil, medido, por exemplo, através da organização de atividades de divulgação. Futuros contributos são, portanto, necessários para responder a estas e outras questões que nos permitirão compreender melhor o estado atual da Ciência Política portuguesa.